
MESA DA ASSEMBLÉIA

- 1- ATAS
 - 1.1- 84ª Reunião Ordinária de Debates
 - 1.2- 155ª Reunião Extraordinária
 - 1.3- Reunião de Comissão
 - 2- ORDENS DO DIA
 - 2.1- Plenário
 - 2.2- Comissões
 - 3- EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO
 - 3.1- Plenário
 - 3.2- Comissão
 - 4- PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÕES ANTERIORES
 - 5- MATÉRIA ADMINISTRATIVA
-
-

ATAS

**ATA DA 84ª REUNIÃO ORDINÁRIA DE DEBATES DA ASSEMBLÉIA
LEGISLATIVA, EM 6 DE DEZEMBRO DE 1996**

Presidência do Deputado Wanderley Ávila

SUMÁRIO: COMPARECIMENTO - ABERTURA - 1ª PARTE (PEQUENO EXPEDIENTE): 1ª Fase: Ata - Correspondência: Mensagens nºs 160, 161, 162, 163 e 164/96 (encaminham, respectivamente, o Projeto de Lei nº 1.056/96, emendas ao Projeto de Lei nº 1.016/96, o Projeto de Lei nº 1.057/96, substitutivo ao Projeto de Lei nº 1.029/96 e o Projeto de Lei nº 1.058/96), do Governador do Estado - Ofícios e cartões - **Apresentação de Proposições:** Projeto de Lei nº 1.059/96 - **Comunicação:** Comunicação do Deputado Dimas Rodrigues - **2ª Fase: Abertura de Inscrições - Leitura de Comunicação Apresentada - ENCERRAMENTO.**

COMPARECIMENTO

- Comparecem os Deputados:

Wanderley Ávila - Paulo Pettersen - Rêmoló Aloise - Maria José Haueisen - Ermano Batista - Alberto Pinto Coelho - Bilac Pinto - Carlos Murta - Dimas Rodrigues - Elbe Brandão - Elmo Braz - Geraldo Nascimento - Geraldo Santanna - Gilmar Machado - Gil Pereira - Jairo Ataíde - Jorge Hannas - José Bonifácio - José Braga - José Henrique - Leonídio Bouças - Péricles Ferreira - Raul Lima Neto - Sebastião Helvécio - Simão Pedro Toledo - Wilson Trópia.

ABERTURA

O Sr. Presidente (Deputado Wanderley Ávila) - Às 9h15min, a lista de comparecimento registra a existência de número regimental. Declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, a Sra. 2ª-Secretária, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

1ª PARTE (PEQUENO EXPEDIENTE)

1ª Fase

Ata

- A Deputada Maria José Haueisen, 2ª-Secretária, procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

Correspondência

- O Deputado Ermano Batista, 4º-Secretário nas funções de 1º-Secretário, lê a seguinte correspondência:

- As Mensagens nºs 160 a 164/96 foram publicadas na edição de 7/12/96.

OFÍCIOS

Do Sr. Estevam Jesuíno de Las Casas, Superintendente Central de Administração de Transportes, Imóveis e Serviços, da Secretaria de Administração, informando que o mencionado órgão encaminhou à COMIG o assunto de que trata o Projeto de Lei nº 947/96, e, tão logo haja pronunciamento sobre a questão, esta Casa será cientificada. (- À Comissão de Justiça.)

Do Subtenente Weliton Eustáquio de Jesus, Presidente da Associação dos Subtenentes e Sargentos da Polícia Militar do Estado de Minas Gerais, solicitando empenho desta Casa a fim de que, no orçamento para o exercício de 1997, haja aumento de recursos para a rubrica Segurança Pública, especialmente para o item Pessoal. (- À Comissão de Fiscalização Financeira.)

Da Sra. Laks Salengue, Presidente do Fórum Nacional de Entidades Metropolitanas, comunicando a instalação da entidade, a aprovação de seu estatuto, de seu Regimento Interno e de sua carta de princípios e solicitando apoio desta Casa para que sejam alcançados os objetivos da instituição.

CARTÕES

Dos Srs. Tomaz Aroldo da Mota Santos, Reitor da Universidade Federal de Minas Gerais, e Flávio Régis Xavier de Moura e Castro, Conselheiro Presidente do Tribunal de Contas, agradecendo o convite para participar da reunião especial em homenagem à Companhia de Distritos Industriais de Minas Gerais - CDI.

Do Cel. Geraldo Nagib Salomão, Chefe da 11ª Circunscrição de Serviço Militar, do Ministério do Exército, agradecendo o convite para a solenidade de entrega das Medalhas da Ordem do Mérito Legislativo.

Apresentação de Proposições

O Sr. Presidente - A Mesa passa a receber proposições e a conceder a palavra aos oradores inscritos para a 1ª Fase do Pequeno Expediente.

- Nesta oportunidade, é encaminhada à Mesa a seguinte proposição:

PROJETO DE LEI Nº 1.059/96

Declara de utilidade pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Pompéu - APAE -, com sede em Pompéu.

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica declarada de utilidade pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Pompéu - APAE -, com sede em Pompéu.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Reuniões, de dezembro de 1996.

Maria Olívia

Justificação: A APAE de Pompéu, fundada em 25/6/93, é uma sociedade civil de caráter assistencial, sem fins lucrativos, que tem como principal objetivo manter e incentivar a criação de estabelecimentos especializados destinados ao tratamento, à educação, habilitação, reabilitação e inserção social do excepcional. Estimular o trabalho do excepcional por meio de exposições, cooperativas, oficinas protegidas e das medidas que forem julgadas necessárias são objetivos da entidade.

Pelos seus propósitos e pela sua dedicação à causa da saúde e da assistência social, proponho seja a referida entidade declarada de utilidade pública e, para tanto, peço o apoio de meus nobres colegas à aprovação deste projeto de lei.

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, para exame preliminar, e de Saúde e Ação Social, para deliberação, nos termos do art. 195, c/c o art. 104, inciso I, do Regimento Interno.

COMUNICAÇÃO

- É, também, encaminhada à Mesa comunicação do Deputado Dimas Rodrigues.

2ª Fase

Abertura de Inscrições

O Sr. Presidente - Não havendo oradores inscritos, a Presidência passa à 2ª Fase do Pequeno Expediente, compreendendo a leitura de comunicações e pronunciamentos de Líderes inscritos. Estão abertas as inscrições para o expediente da próxima reunião ordinária.

Leitura de Comunicação Apresentada

- A seguir, a Presidência dá ciência ao Plenário da comunicação apresentada, nesta reunião, pelo Deputado Dimas Rodrigues - falecimento do Sr. Marcelino Dias Moreira, em Monte Azul (Ciente. Oficie-se.).

ENCERRAMENTO

O Sr. Presidente - Não havendo outras comunicações a serem feitas, Líderes inscritos nem oradores para o Grande Expediente, a Presidência encerra a reunião, convocando os Deputados para a ordinária de debates de segunda-feira, dia 9, às 20 horas. Levanta-se a reunião.

ATA DA 155ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, EM 5 DE DEZEMBRO DE 1996

Presidência do Deputado Wanderley Ávila

SUMÁRIO: COMPARECIMENTO - ABERTURA - 1ª PARTE: Ata - 2ª PARTE (ORDEM DO DIA): Palavras do Sr. Presidente - **Discussão e Votação de Proposições:** Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 919/96; votação do Substitutivo nº 1; requerimento da Deputada Maria José Haueisen; aprovação - **Discussão**, em 2º turno, do Projeto de Lei Complementar nº 18/96; encerramento da discussão; chamada para votação nominal; aprovação na forma do vencido em 1º turno - **Questões de ordem - ENCERRAMENTO.**

COMPARECIMENTO

- Comparecem os Deputados:

Wanderley Ávila - Sebastião Navarro Vieira - Paulo Pettersen - Maria José Haueisen - Ermano Batista - Antônio Júlio - Aílton Vilela - Ajalmar Silva - Alberto Pinto Coelho - Alencar da Silveira Júnior - Almir Cardoso - Álvaro Antônio - Anivaldo Coelho - Antônio Andrade - Antônio Roberto - Arnaldo Canarinho - Arnaldo Penna - Bilac Pinto - Carlos Murta - Carlos Pimenta - Dílzon Melo - Dimas Rodrigues - Dinis Pinheiro - Djalma Diniz - Durval Ângelo - Elbe Brandão - Elmo Braz - Francisco Ramalho - Geraldo Nascimento - Geraldo Rezende - Geraldo Santanna - Gil Pereira - Gilmar Machado - Glycon Terra Pinto - Hely Tarquínio - Irani Barbosa - Ivair Nogueira - Ivo José - Jairo Ataíde - João Batista de Oliveira - Jorge Eduardo de Oliveira - Jorge Hannas - José Bonifácio - José Braga - José Henrique - Kemil Kumaira - Leonídio Bouças - Luiz Antônio Zanto - Marcelo Gonçalves - Marco Régis - Maria Olívia - Mauri Torres - Miguel Martini - Olinto Godinho - Paulo Piau - Péricles Ferreira - Raul Lima Neto - Romeu Queiroz - Ronaldo Vasconcellos - Sebastião Costa - Sebastião Helvécio - Simão Pedro Toledo - Wilson Trópia.

ABERTURA

O Sr. Presidente (Deputado Wanderley Ávila) - Às 9h15min, a lista de comparecimento registra a existência de número regimental. Declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, a Sra. 2ª-Secretária, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

1ª PARTE

Ata

- **A Deputada Maria José Haueisen**, 2ª-Secretária, procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

2ª PARTE (ORDEM DO DIA)

O Sr. Presidente - Nos termos do edital de convocação, a Presidência vai passar à 2ª Parte da reunião, com a discussão e a votação da matéria constante na pauta.

Palavras do Sr. Presidente

A Presidência informa ao Plenário que fez retirar da pauta da reunião os Projetos de Lei nºs 388 e 536/95, em virtude de sua apreciação na reunião extraordinária realizada ontem à noite.

Discussão e Votação de Proposições

O Sr. Presidente - Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 919/96, do Deputado Sebastião Navarro Vieira, que acrescenta parágrafo ao art. 1º da Lei nº 9.532, de 30/12/87 (apostilamento de Diretores de escolas estaduais). A Comissão de Justiça concluiu pela constitucionalidade do projeto. As Comissões de Administração Pública e de Fiscalização Financeira opinaram por sua aprovação. Emendado em Plenário, voltou o projeto à Comissão de Administração Pública, que opina pela aprovação do Substitutivo nº 1. Em votação, o Substitutivo nº 1. Vem à Mesa requerimento da Deputada Maria José Haueisen, em que solicita o adiamento da votação do Projeto de Lei nº 919/96. Em votação, o requerimento. Os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei Complementar nº 18/96, do Tribunal de Justiça, que modifica a Lei Complementar nº 40, de 24/11/95, que dispõe sobre o sistema dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais no Estado, e dá outras providências. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. Em votação, o projeto. A Presidência vai submeter a matéria a votação pelo processo nominal, em conformidade com o art. 263, I, do Regimento Interno. Os Deputados que desejarem aprová-lo responderão "sim", e os que desejarem rejeitá-lo responderão "não". Antes, porém, a Presidência lembra ao Plenário que, nos termos do art. 200 do Regimento Interno, o projeto de lei complementar será aprovado se obtiver 39 votos favoráveis. Com a palavra, a Sra. Secretária, para proceder à chamada de votação nominal.

A Sra. Secretária (Deputada Maria José Haueisen) - (- Faz a chamada.)

- Respondem "sim" à chamada os seguintes Deputados:

Sebastião Navarro Vieira - Maria José Haueisen - Ermano Batista - Antônio Júlio -

Ajalmar Silva - Alberto Pinto Coelho - Almir Cardoso - Anivaldo Coelho - Antônio Andrade - Antônio Roberto - Arnaldo Penna - Bilac Pinto - Carlos Pimenta - Dílzon Melo - Dimas Rodrigues - Dinis Pinheiro - Elbe Brandão - Francisco Ramalho - Geraldo Nascimento - Gil Pereira - Hely Tarquínio - Ivair Nogueira - Ivo José - Jairo Ataíde - João Batista de Oliveira - Jorge Eduardo de Oliveira - Jorge Hannas - José Henrique - Leonídio Bouças - Marco Régis - Maria Olívia - Miguel Martini - Olinto Godinho - Paulo Piau - Péricles Ferreira - Romeu Queiroz - Ronaldo Vasconcellos - Sebastião Costa - Sebastião Helvécio - Simão Pedro Toledo.

O Sr. Presidente - Responderam "sim" 40 Deputados. Não houve voto contrário. Está, portanto, aprovado, em 2º turno, o Projeto de Lei Complementar nº 18/96 na forma do vencido em 1º turno. À Comissão de Redação.

Questões de Ordem

O Deputado Sebastião Navarro Vieira - Sr. Presidente, estava em pauta para votação, nesta reunião, o Projeto de Lei nº 919/96, de minha autoria, que trata do apostilamento de Diretores de escola estaduais. Foi apresentado, pelo Deputado Romeu Queiroz, um substitutivo que não muda a essência do projeto e o conserva em sua quase totalidade, dando-lhe nova redação e maior abrangência.

A ilustre Deputada Maria José Haueisen, do PT, pediu o adiamento da votação. O projeto está novamente em pauta, agora da reunião da tarde. Então, gostaria, nesta questão de ordem, de fazer um apelo à Bancada do PT e a todos os nobres pares para que, na reunião de hoje à tarde, façam justiça às Diretoras de escola, que têm, aqui, conosco, uma ilustre representação e que anseiam ver esse projeto aprovado. Espero que esta Casa, na reunião das 14 horas, possa cumprir com a sua obrigação de reconhecer a justiça que se pretende fazer com os Diretores escolares do nosso Estado. Muito obrigado, Sr. Presidente.

A Deputada Maria José Haueisen - Sr. Presidente, Srs. Deputados, consideramos inteiramente justas as palavras do Deputado Sebastião Navarro Vieira. Sem dúvida, a Bancada do PT fará o possível para analisar e estudar esse projeto, a fim de que ele possa ser votado hoje.

Pedimos o adiamento da votação, uma vez que não tínhamos conhecimento do que foi proposto no substitutivo. Somente eu, agora pela manhã, tive a oportunidade de ler o substitutivo e tomar conhecimento de seu conteúdo.

A nossa bancada não teve ainda tempo nem oportunidade para analisá-lo. Achamos mais do que justo o reconhecimento de todos os Deputados a todos os Diretores e professores, que trabalham com entusiasmo e muitas vezes são discriminados e até maltratados pelos maus salários e pelos pagamentos atrasados. Sem dúvida nenhuma, a Bancada do PT se empenha em valorizar a classe dos professores e dos Diretores. Entretanto, não gostaríamos de aprovar simplesmente porque está na pauta. Esse foi o motivo do nosso pedido de adiamento. Lamentamos que os diretores tenham de voltar para acompanhar a votação do projeto.

O Deputado Ajalmar Silva - Sr. Presidente, discordo do que disse a nobre Deputada. Ela pode não ter conhecimento, mas há um representante do PT na Comissão de Administração Pública. Ontem, quando o projeto foi votado, ele, já pela segunda vez, se retirou da Comissão para não discutir e nos disse, pessoalmente, que o SINDI-UTE é contra o projeto e que, por isso mesmo, o PT está afastado da discussão.

A Deputada Maria José Haueisen - Os senhores estão vendo que as discussões estão sendo feitas de maneira açodada. Se a discussão foi ontem à tarde, nós, da Bancada, não tivemos tempo ainda de, novamente, discutir esse projeto, razão pela qual pedimos o adiamento. Acho que votações dessa natureza, e tantas outras que passam por aqui, têm de ser conhecidas por todos os Deputados. Se estava lá um representante da Bancada do PT, ele não teve ainda tempo para discutir conosco o que está proposto no substitutivo que está sendo apresentado a esta Casa.

O Sr. Presidente - Respondendo à questão de ordem do Deputado Sebastião Navarro Vieira, autor da proposição, e completando as palavras da Deputada Maria José Haueisen e do Deputado Ajalmar Silva, esta Presidência esclarece que o pedido de adiamento de votação aprovado leva a votação para a próxima reunião, que acontecerá na parte da tarde, como consta na pauta.

ENCERRAMENTO

O Sr. Presidente - Cumprido o objetivo da convocação, a Presidência encerra a reunião, convocando os Deputados para a ordinária deliberativa de logo mais, às 14 horas, com a ordem do dia já publicada. Levanta-se a reunião.

seis, reúnem-se na Sala das Comissões os Deputados Geraldo Santanna, Simão Pedro Toledo, Leonídio Bouças, Arnaldo Penna, Anivaldo Coelho e Ivair Nogueira, membros da Comissão de Constituição e Justiça; Miguel Martini, Péricles Ferreira, Geraldo Rezende, Glycon Terra Pinto, Marcos Helênio, Alencar da Silveira Júnior e Gilmar Machado, membros da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária. Estão presentes, também, os Deputados José Henrique, Elbe Brandão, Djalma Diniz, Carlos Pimenta, Anderson Aduato, Antônio Júlio, José Braga, João Leite, Jorge Hannas e Antônio Andrade. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Geraldo Santanna, declara abertos os trabalhos e solicita ao Deputado Leonídio Bouças que proceda à leitura da ata da reunião anterior, que, lida e aprovada, é subscrita pelos membros presentes. A Presidência informa que a reunião tem por fim ouvir os Srs. João Heraldo Santos Lima, Secretário da Fazenda; José Militão Costa, Secretário de Assuntos Municipais; José Henrique Santos Portugal, Secretário Particular do Governador, que irão prestar esclarecimentos para subsidiar a apreciação dos Projetos de Lei nºs 1.016, 1.025 e 1.039/96, do Governador do Estado. A seguir, na 1ª Fase da Ordem do Dia, o Deputado Gilmar Machado apresenta requerimento em que solicita seja ouvido também o Sr. Eduardo Maneira, professor de Direito Tributário da Faculdade de Direito da UFMG. Submetido a votação, é o requerimento aprovado. A Presidência retorna a palavra ao Deputado Gilmar Machado, autor do requerimento que suscitou o convite. Após explanação do Secretário da Fazenda sobre a matéria relacionada com o Projeto de Lei nº 1.039/96, os Deputados realizam amplo debate sobre o assunto, conforme consta nas notas taquigráficas, e, devido à intensidade da discussão, deliberam adiar a análise dos demais projetos para uma reunião posterior. Diante disso, o Presidente reitera o convite às autoridades presentes. Devendo se ausentar, o Presidente convida o Deputado Arnaldo Penna para assumir a direção dos trabalhos. Ao final dos debates, o Presidente submete a votação requerimento do Deputado Jorge Eduardo de Oliveira, em que solicita sejam convidados a participar de reunião desta Comissão os Srs. José Luiz de Gouveia Rios, professor de Direito Tributário da PUC-MG, e Sacha Calmon, professor de Direito Tributário e Financeiro da UFMG, a fim de tratarem da matéria relacionada com o Projeto de Lei nº 1.016/96. O requerimento é aprovado. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos convidados e dos Deputados, convoca os membros das Comissões para as reuniões conjuntas a se realizarem no dia 5/12/96, às 9 e às 14 horas, com a finalidade de se ouvirem convidados que irão prestar esclarecimentos para subsidiar a apreciação dos Projetos de Lei nºs 1.025 e 1.016/96, respectivamente; determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 5 de dezembro de 1996.

Geraldo Santanna, Presidente - Arnaldo Penna - Leonídio Bouças - Glycon Terra Pinto - Geraldo Rezende - Gilmar Machado - Ivair Nogueira - Anivaldo Coelho.

ORDENS DO DIA

ORDEM DO DIA DA 215ª REUNIÃO ORDINÁRIA DELIBERATIVA, A REALIZAR-SE EM 10/12/96

1ª Parte (Pequeno Expediente)

(das 14 horas às 15h15min)

Leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Leitura da correspondência. Apresentação de proposições e oradores inscritos.

2ª Parte (Ordem do Dia)

1ª Fase

(das 15h15min às 16h15min)

Discussão e votação de pareceres e votação de requerimentos.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.016/96, do Governador do Estado, que altera a Lei nº 6.763, de 26/12/75, que consolida a legislação tributária do Estado de Minas Gerais.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.025/96, do Governador do Estado, que altera a Lei nº 12.040, de 28/12/75, que dispõe sobre a distribuição da parcela da receita do produto da arrecadação do ICMS pertencente aos municípios.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.029/96, do Governador do Estado, que altera a Lei nº 6.763, de 26/12/75, que consolida a legislação tributária do Estado de Minas Gerais.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.039/96, do Governador do Estado, que

autoriza o Poder Executivo a realizar operação de crédito com a União para o fim que menciona e dá outras providências.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 412/95, da Deputada Maria Olívia, que autoriza o Poder Executivo a doar imóvel ao Município de Santo Antônio do Monte. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno, com a Emenda nº 1, que apresenta.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 630/95, do Deputado Luiz Antônio Zanto, que autoriza o Poder Executivo a doar imóvel ao Município de Frutal. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Discussão e votação de pareceres de redação final.

ORDEM DO DIA DA 52ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, A REALIZAR-SE ÀS 10 HORAS DO DIA 11/12/96

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência. Distribuição de proposições.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Finalidade: discussão e votação de proposições da Comissão. Debate com os convidados sobre a questão da unificação dos Tribunais de 2ª instância no Estado.

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia:

No 2º turno: Projeto de Lei nº 829/96, do Deputado Bonifácio Mourão.

No 1º turno: Projetos de Lei nºs 697/96, de Comissão Especial; 959/96, do Tribunal de Justiça.

Convidados: Juízes Reynaldo Ximenes Carneiro, Presidente do Tribunal de Alçada, e José Joaquim Benfica, Presidente do Tribunal de Justiça Militar; Desembargador José Fernandes Filho; Sr. Epaminondas Fulgêncio Neto, Procurador-Geral do Estado; Sr. Raimundo Cândido Júnior, Presidente da OAB-MG; Desembargadores Paulo Geraldo de Oliveira Medina, Presidente da AMB, e José Guido de Andrade, Presidente da AMAGIS.

ORDEM DO DIA DA 49ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA, DESPORTO E TURISMO E LAZER, A REALIZAR-SE ÀS 10 HORAS DO DIA 10/12/96

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência. Distribuição de proposições.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia:

No 1º turno: Projetos de Lei nºs 924/96, do Deputado Alencar da Silveira Júnior; 991/96, do Deputado Hely Tarquínio.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

No 2º turno: Projetos de Lei nºs 943/96, do Deputado Jorge Eduardo de Oliveira; 842/96, do Deputado Paulo Piau; 932/96, do Deputado Ronaldo Vasconcellos.

No 1º turno: Projetos de Lei nºs 917/96, do Deputado Ermano Batista; 982/96, do Deputado Paulo Schettino; 894/96, do Deputado Rêmoló Aloise; 490/95, do Deputado Wanderley Ávila.

Requerimentos nºs 1.861/96, do Deputado Leonídio Bouças; 1.854/96, do Deputado Marco Régis; 1.787 a 1.795/96, 1.807 a 1.821/96, 1.825 a 1.829/96, 1.835 e 1.836/96, 1.840 a 1.842/96, 1.844 a 1.852/96, 1.858 e 1.860/96, do Deputado Wanderley Ávila.

ORDEM DO DIA DA 63ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, A REALIZAR-SE ÀS 10 HORAS DO DIA 10/12/96

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência. Distribuição de proposições.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de parecer sobre proposição sujeita à apreciação do Plenário da Assembléia:

No 1º turno: Projeto de Lei nº 1.033/96, do Deputado João Batista de Oliveira.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

No 1º turno: Projetos de Lei nºs 1.014/96, do Deputado Bilac Pinto; 1.021/96, do Deputado João Leite; 977 e 978/96, do Deputado Romeu Queiroz; 1.019 e 1.024/96, do

Deputado Ronaldo Vasconcellos.

ORDEM DO DIA DA 7ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO ESPECIAL PARA CONHECER A REAL SITUÇÃO FINANCEIRA DO IPSEMG, INCLUINDO OS NÃO-REPASSES PELO TESOUREIRO, ASSIM COMO A SITUÇÃO DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NA CAPITAL E NO INTERIOR, A REALIZAR-SE ÀS 15H30MIN DO DIA 10/12/96

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência. Distribuição de proposições.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Finalidade: ouvir os Srs. José Felipe dos Santos Neto, Ricardo de Andrade e João Augusto P. do Amaral, respectivamente, Procurador-Geral, Superintendente de Finanças e Superintendente de Interiorização do IPSEMG, e Antônio Sérgio Tonet, Promotor de Defesa do Cidadão do Ministério Público, que debaterão a situação do IPSEMG, assim como o trabalho que vem sendo por eles realizado.

ORDEM DO DIA DA 43ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR, A REALIZAR-SE ÀS 9 HORAS DO DIA 11/12/96

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência. Distribuição de proposições.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de parecer sobre proposição sujeita à apreciação do Plenário da Assembléia:

No 1º turno: Projeto de Lei nº 667/96, do Deputado Dinis Pinheiro.

ORDEM DO DIA DA 32ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE POLÍTICA ENERGÉTICA, HÍDRICA E MINERÁRIA, A REALIZAR-SE ÀS 10H30MIN DO DIA 11/12/96

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência. Distribuição de proposições.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Requerimentos nºs 1.866 e 1.867/96, 1.870 a 1.873/96, do Deputado Gil Pereira.

EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Assembléia Legislativa

O Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, no uso da atribuição que lhe confere o art. 20, parágrafo único, I, do Regimento Interno, convoca reunião extraordinária da Assembléia para as 20 horas do dia 10/12/96, destinada à apreciação dos Projetos de Lei nºs 1.016/96, que altera a Lei nº 6.763, de 26/12/75, que consolida a legislação tributária do Estado de Minas Gerais, 1.025/96, que altera a Lei nº 12.040, de 28/12/75, que dispõe sobre a distribuição da parcela da receita do produto da arrecadação do ICMS pertencente aos municípios, 1.029/96, que altera a Lei nº 6.763, de 26/12/75, que consolida a legislação tributária do Estado de Minas Gerais, 1.039/96, que autoriza o Poder Executivo a realizar operação de crédito com a União para o fim que menciona e dá outras providências, 1.040/96, que autoriza o Poder Executivo a fazer reverter imóvel ao Município de Bueno Brandão, 1.041/96, que autoriza o Poder Executivo a permutar imóvel com José Braz, 1.048/96, que autoriza o Poder Executivo a adquirir imóvel situado no Município de Inhapim, todos de autoria do Governador do Estado, 412/95, da Deputada Maria Olívia, que autoriza o Poder Executivo a doar imóvel ao Município de Santo Antônio do Monte, 630/95, do Deputado Luiz Antônio Zanto, que autoriza o Poder Executivo a doar imóvel ao Município de Frutal, 685/96, do Deputado Miguel Martini, que dispõe sobre a concessão de financiamento de equipamentos corretivos a portadores de deficiência, e 693/96, do Deputado Marcos Helênio, que veda a restrição de acesso aos edifícios de qualquer natureza em virtude de raça, cor ou condição social; e a discussão e votação de pareceres de redação final.

Palácio da Inconfidência, 9 de dezembro de 1996.

Agostinho Patrús, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Conjunta das Comissões de Meio Ambiente e de Direitos e Garantias Fundamentais

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Ronaldo Vasconcellos, Antônio Roberto,

Marcelo Cecé, Wilson Trópia, João Leite, Leonídio Bouças, Hely Tarquínio, Antônio Roberto e José Braga, membros das Comissões supracitadas, para a reunião a ser realizada no dia 11/12/96, às 14h45min, na Sala das Comissões, destinada à apresentação do relatório referente à visita na Vila Itaú, Município de Contagem, realizada por estas Comissões, em 20/11/96.

Sala das Comissões, 9 de dezembro de 1996.

Ivo José, Presidente.

PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÕES ANTERIORES

212ª REUNIÃO ORDINÁRIA DELIBERATIVA

Discursos Proferidos em 3/12/96

A Deputada Maria José Haueisen - Sr. Presidente, Srs. Deputados, senhores presentes nas galerias, público que nos ouve, hoje, estamos nesta tribuna para falar de um assunto que, sem dúvida nenhuma, é importante para todos nós e apaixonou, e acho que ainda apaixonou, a muitas pessoas neste Estado. Trata-se do direito de participar das decisões que são tomadas em nível de Estado. Falamos, de modo especial, sobre as audiências públicas. A audiência pública apareceu como uma proposta nova, uma proposta que visava descentralizar o poder, criar mecanismos novos para que a sociedade participasse desse poder e, ainda mais, possibilitar que o povo de cada região, de cada cidade, determinasse o que seria, para eles, mais importante, em vez de deixar que o Governo do Estado resolvesse quais seriam as obras prioritárias ou o que deveria ser feito em cada região. As audiências públicas foram criadas com esse espírito, pela Constituição Estadual de Minas Gerais e, certamente, foi com esse espírito que a Mesa Diretora da Assembléia Legislativa sistematizou o emprego dessa lei de descentralização do Poder. Entretanto, depois de uma tentativa de colocar em prática aquilo que o povo escolheu, aquilo que o povo decidiu, chegamos à conclusão de que, ainda, em matéria de descentralização de poder, em nível de Estado, estamos na estaca zero.

Sabemos como o povo se movimentou nas três vezes em que houve a possibilidade de uma mudança inovadora. O povo acreditou, fez reuniões municipais, fez audiências regionais, veio a Belo Horizonte discutir novamente suas propostas e, hoje, vemos frustrações por todos os lados. Já, no ano passado, quando a comissão, indicada nas audiências públicas, em cada região, veio a Belo Horizonte para acompanhar e fiscalizar os trabalhos que deviam estar sendo feitos, vimos a insatisfação e a reação de muitas pessoas, que vieram representando as suas cidades. Estamos plenamente de acordo com elas. Ninguém se cansa para nada. Ninguém gasta o seu tempo e o seu dinheiro em viagens para, depois, chegar à conclusão de que tudo aquilo que foi planejado e pensado é inviável. E qual é a conversa para que aquelas decisões da Assembléia Legislativa, nas audiências públicas, não fossem realizadas? A resposta é: não há dinheiro, não há recursos para isso. E ficamos assustados pensando se se trata, realmente, de falta de recursos ou falta de vontade política. O Governador do Estado sabe muito bem, e seus assessores aí estão para ajudá-lo e orientá-lo, dizendo-lhe que não é possível criar um projeto no ar, no espaço, sem que haja maneiras para concretizá-lo. E a maneira de se concretizar um projeto, seja ele qual for, é recurso, é dinheiro disponível. Estamos vendo que a participação do povo no poder, a descentralização, tem sido um sucesso no chamado orçamento participativo.

O sucesso foi tão grande que a ONU propôs, em nível mundial, o emprego do orçamento participativo para os municípios de todas as cidades que acompanham os seus trabalhos. E, nós sabemos do sucesso das audiências públicas em Belo Horizonte, Betim, Ipatinga, Pavão, Ilícínia, Lagoa da Prata, Cruzília, e tantas outras cidades que adotaram o orçamento participativo.

Nesta semana, a imprensa local traz dados bem concretos a respeito do orçamento participativo em Belo Horizonte e Betim. Leio para os senhores: "até 18 de novembro deste ano, 82% das obras priorizadas pela sociedade de Belo Horizonte em 1994 foram concluídas, e 17% estão sendo executadas. Apenas 1% encontra-se em fase de elaboração de projetos. Do total de pedidos feitos em 95, a Prefeitura já terminou 52%. Estão sendo executados 44% dos pedidos, enquanto 2% encontram-se em licitação e outros 2% em elaboração. Em Betim, das 111 obras priorizadas no orçamento de 1994, 106 estão concluídas, e apenas 5 estão em execução. A Prefeitura conseguiu finalizar 70% das obras incluídas no orçamento de 1995 e outros 20% estão sendo realizados." Isso são

dados concretos e o que nós vemos, aqui, nestas informações e o que sabemos de outras cidades é que houve vontade política para que esse trabalho de orçamento participativo municipal fosse uma realidade. E o povo se sente orgulhoso, participante e sujeito de sua história quando vê que aquilo que sugeriu foi levado a sério.

Estamos com um projeto de lei para que as audiências públicas, em nosso Estado, não sejam peças de ficção, não sejam, apenas, oportunidade para parecer que há democracia, mas que elas se tornem concretas.

Basicamente, o nosso projeto prevê três coisas: primeiro, que, antes de cada audiência pública, o Governador defina qual o recurso que tem disponível para cada região. Se a pessoa que vai discutir o que deseja não sabe o que pode gastar, é sonhar, é criar no espaço. Segundo, que o projeto estipule que dentro dos limites pré-fixados o que ficar decidido na audiência tenha caráter deliberativo. Então, aquilo que ficou combinado dentro do que o Governador fixou como recurso, que tenha um caráter deliberativo e não seja, apenas, um sonho. E, terceiro, que os promotores do evento, isto é, os Poderes Executivo, Judiciário e Legislativo, acompanhem, através de seus assessores, as audiências públicas, com técnicos que sejam capazes de informar qual é o custo da obra que eles pretendem que sejam executadas.

Essa é uma maneira de se levar a sério a audiência pública. Daí, Sr. Presidente e Srs. Deputados, podemos saber, se essa lei for aprovada, - e espero contar com o apoio dos senhores - se o Governador do Estado tem, de fato, interesse em descentralizar o Governo e passar para o povo parcela do poder, em ser transparente na administração ou se, apenas, usa as audiências públicas para mostrar que ele é um democrata, ou parecer que ele é um democrata, para poder aparecer como aquele que cria espaços populares. Somente a coerência é verdadeira; somente a coerência nos mostra o que a pessoa tem de fato na mente. Queremos que haja coerência no Governo e que o povo não seja nunca mais convidado para discutir a possibilidade de ver concretizada a sua discussão. Concedo um aparte ao Deputado João Batista de Oliveira.

O Deputado João Batista de Oliveira* (Em aparte) - Deputada Maria José Haueisen, recebo com alegria a notícia da apresentação do projeto e antecipo o nosso total apoio, inclusive, porque tive o prazer e o privilégio de votar a Lei do Orçamento Participativo do Município de Belo Horizonte, que mostrou um grande avanço no exercício da cidadania do povo desta Capital. Quero dizer que as audiências públicas são gestos de boa vontade da Assembléia Legislativa, mas que a levarão, necessariamente, a um desgaste perante a população de nosso Estado, se as obras aprovadas pelas audiências públicas não forem transformadas em deliberação. V. Exa. traz esse projeto ao Plenário em um bom momento para que possamos acenar para o povo, que já priorizou uma ou duas vezes a mesma obra e que, até hoje não teve uma resposta.

A audiência pública, hoje, é um imperativo da participação popular, onde o povo chama para si a responsabilidade. Chega do tempo em que o governante fecha em suas mãos as obras e faz concessões. O governante que chama o povo para participar tem, inclusive, o testemunho do povo naquelas que não são realizadas, porque o povo, acompanhando, sabe que, realmente, a dificuldade existe e que não é um blefe, não estando o Governo com má vontade. Creio que hoje, até para se tornar mais fácil a governabilidade, é necessário chamar o povo a participar e dividir essa responsabilidade de governo. Cumprimentando-a pela apresentação do projeto, antecipamos o nosso apoio. Muito obrigado.

* - Sem revisão do orador.

A Deputada Maria José Haueisen - Agradecemos as palavras do Deputado João Batista de Oliveira, que sabe da importância desse projeto, uma vez que, também, participou da elaboração do projeto das audiências públicas. Agradecemos o seu testemunho e o seu compromisso em estar junto conosco na defesa desse projeto que já está tramitando na Casa. Solicitaríamos que nenhum Deputado fosse "opiniático" ao votar essa matéria, para que ela, de fato, se torne uma lei, trazendo benefícios ao povo. O povo não merece mais ser enganado e, também, já não aceita mais ser enganado. Daí, tanto descontentamento com as audiências públicas, a ponto de a própria Assembléia Legislativa - apesar de todo o esforço de seus assessores e de seus técnicos e apesar de ter melhorado em muito a maneira de participação - não se sentir mais encorajada a realizar as audiências públicas.

Parece-me que o caminho é que as audiências não sejam mais apenas normativas, mas que sejam deliberativas. E, para decidir o que vou comprar e o que vou fazer tenho que saber que recurso tenho para isso. O nosso projeto prevê que o Governador do Estado decida, antes da audiência pública, qual o recurso que há para cada região. Mais ainda: que o projeto seja deliberativo e não contenha apenas de propostas. E, mais ainda, que os assessores da Assembléia tenham condições de estipular o preço da obra para orientar o público. Era o que tínhamos a dizer. No entanto, Sr. Presidente, antes de deixar esta tribuna, gostaria de dizer que estamos no final de um ano legislativo e, com pesar, vejo que o painel eletrônico continua aqui, parece-me que

para enfeitar a parede e marcar a presença de Deputados. Creio que foi empregado muito dinheiro nesse painel para tão pouco uso. Talvez, um quadro de um pintor famoso surtisse mais efeito, se o objetivo fosse enfeitar a parede. Sem dúvida nenhuma, os apontadores de presença cumprem muito bem o seu papel e, portanto, esse painel poderia ser dispensado se o seu objetivo fosse somente o de registrar as presenças.

Sr. Presidente, gostaríamos que esse painel, de fato, funcionasse. Certamente, muitos desentendimentos, muitos desacertos e, até mesmo, quem sabe, maus juízos que fazemos não aconteceriam nesta Casa. Quando vemos, por exemplo, uma votação, para a qual o Presidente espera quase um minuto, a fim de que os Deputados se levantem, para dizer que o projeto está aprovado ou rejeitado. Isso nos parece muito estranho. Em outro momento, observamos aquela aprovação em que o Presidente nem levanta a cabeça do papel e diz: "aprovado".

Portanto, pensamos o seguinte: Há, realmente, sinceridade em conduzir o Plenário, com independência, com liberdade, durante as votações? O que observamos neste Plenário, muitas vezes, é justamente isso: o Presidente não levanta a cabeça do papel para dizer que o projeto está aprovado. No entanto, em outro momento, levanta a cabeça e espera, sem exagero, quase um minuto, para que um Deputado cutuque o outro, dando sinal, a fim de que se levantem. Ao final desse processo todo, o Presidente diz: "rejeitado".

Lamentamos isso, Sr. Presidente. Se for mau juízo, paciência. No entanto, se o painel estivesse funcionando, ninguém faria mau juízo e não haveria nada que diminuísse a condução da Presidência desta Casa, no momento das votações. Era o que tínhamos a dizer, Sr. Presidente. Muito obrigada.

O Deputado Carlos Pimenta - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, senhoras e senhores presentes a esta reunião, eu gostaria, nesta tarde, de tecer comentários acerca de dois assuntos que interessam não só a este Deputado, mas, também, a esta Casa como um todo.

Em primeiro lugar, tomo a liberdade de fazer a leitura de uma portaria da Prefeitura Municipal de Botumirim, que fica no extremo Norte de Minas Gerais. Trata-se da Portaria nº 01/96, a primeira portaria de 1996, que foi assinada no dia 20/11/96 e que nomeia a Comissão de Leilão Administrativo, encarregada da avaliação e da alienação de bens do Município de Botumirim. A referida Comissão tem a intenção de fazer ampla divulgação do edital, principalmente fora do município, a fim de que seja levado a público o pregão de bens de Botumirim.

Está faltando pouco menos de um mês para que a atual administração se encerre. E esse fato que denunciamos em Botumirim está acontecendo em mais de uma centena de municípios do Estado, ou seja, no apagar das luzes, os Prefeitos nomeiam comissões dessa natureza, a fim de vender caminhões, ambulâncias e carros de passeio. Podem ter a certeza absoluta de que nenhum dos Prefeitos dessas cidades conseguiu fazer seu sucessor. O mais grave é que, numa cidade como Botumirim, o Prefeito não paga seus funcionários há dez meses.

Já fizemos essa denúncia junto ao Tribunal de Contas e à Promotoria Pública do Estado, pedindo, inclusive, o bloqueio do Fundo de Participação do Município dos meses de novembro e dezembro, para pagar os funcionários públicos municipais daquela cidade, que estão, há dez meses, sem ver a cor de seus salários.

Agora, vem o Prefeito fazer um leilão de seus caminhões e de outros bens, sem especificar onde serão gastos os recursos. Tenho certeza absoluta de que serão utilizados para pagar seus fornecedores, os compadres e amigos do Prefeito que está deixando o poder.

Quero fazer este alerta e pedir a esta Casa que faça um estudo com relação a esse absurdo que está acontecendo em Botumirim, uma cidade sem nenhuma qualidade de vida para os seus habitantes, uma cidade que tinha duas ambulâncias, que estão sucateadas; uma cidade que recebe 0,6% do FPM; uma cidade que tem, junto ao SIAF do Estado, mais de dez bloqueios de verbas repassadas pelo Estado e das quais não foram prestadas contas. Agora, vem o Sr. Prefeito, no apagar das luzes, vender os bens do município para pagar dívidas contraídas só Deus sabe como! Mas muitas dessas dívidas foram contraídas antes do período eleitoral. E a maioria dos integrantes da Câmara Municipal, submissa àquele Prefeito, não pode, absolutamente, fazer nada. Recebemos um pedido de parte significativa dos habitantes daquele município, que imploram aos Srs. Deputados no sentido de que o município não seja sucateado como está sendo.

Aproveitando a oportunidade, gostaria de fazer outra denúncia grave e importante. Chamaria a atenção dos Deputados do Norte de Minas Gerais e desta Casa Legislativa para um ato de absoluta irresponsabilidade cometido por segmentos do Governo do Estado. O jornal "Hoje em Dia", na edição de 26/11/96, publica o seguinte artigo: "Minas Fica fora do Prodetur". Farei uma leitura desse artigo para mostrar o que aconteceu. (- Lê:)

"* O chefe do Departamento de Captação de Recursos e Novos Projetos da Empresa Brasileira de Turismo (Embratur), Paulo Roberto Hargrives, informou ontem que a Área Mineira da Sudene ficou de fora da primeira fase do Programa de Desenvolvimento do

Turismo no Nordeste (Prodetur), que liberou neste ano U\$S670 milhões para o desenvolvimento do turismo no Nordeste, porque Minas não enviou representante à reunião realizada pela Sudene, Embratur e BID para tratar da questão.

A revelação foi feita durante o seminário 'Desafio à Administração Hoteleira', o último de uma série de eventos promovidos pela Associação Brasileira da Indústria Hoteleira (ABIH-MG), Sebrae Minas e Senac, para aprimorar os serviços de hotelaria em regiões com potencial turístico. Hargrives disse que faltou mobilização das autoridades do Norte de Minas, 'a quem mais deveria interessar a inclusão no Prodetur Nordeste. As lideranças locais merecem um puxão de orelhas para que não fiquem de fora da segunda fase do programa', enfatizou.

Ele anunciou que, entre os dias 9 e 15 de dezembro, uma missão do BID vem ao Brasil discutir com os representantes dos Estados nordestinos a segunda fase, mas se mostrou preocupado. Segundo Paulo Roberto Hargrives, o banco ainda não recebeu nenhum projeto para 97. Ele disse que, se não houver mobilização desde já, a região corre o risco de ficar novamente de fora, isso porque o processo de elaboração de projetos é demorado e criterioso."

Veja bem que situação encontramos: temos um órgão, em Minas Gerais, responsável pelo turismo. Esse pessoal, juntamente com a Assembléia Legislativa, fez acontecer um seminário sobre turismo em Minas Gerais. Aqui, durante três dias, discutiu-se, debateu-se. O assunto foi amplamente divulgado por meio da grande imprensa deste Estado. Formou-se uma comissão, que é o Conselho Estadual do Turismo.

E Minas Gerais fica de fora do PRODETUR. A área mineira da SUDENE, hoje composta por 91 municípios, não vai receber os recursos do Banco Mundial, recursos a fundo perdido, que foram alocados para o Nordeste brasileiro. Chegarão na Bahia, em Pernambuco e em outros estados cerca de US\$670.000.000,00. Esse valor representa a arrecadação total de Minas Gerais durante um mês. Estamos de fora porque não mandamos um representante neste encontro.

Os outros Estados querem isso mesmo: querem, cada vez mais, alijar Minas Gerais. Acham que a área mineira da SUDENE, o Norte de Minas, é uma área rica; que Minas pertence ao Sudeste; que Minas é o segundo Estado da Nação. Por isso, querem ver Minas cada vez mais pelas costas.

Dormimos no ponto, Sr. Presidente. Não mandamos um representante discutir os nossos problemas e já estamos fora da primeira etapa do PRODETUR. Se não tivermos cuidado, ficaremos fora da segunda etapa e nossa orelha continuará ardendo pelo puxão que nos foi dado. Temos grande potencial turístico, como a cidade de Pirapora, que é uma das principais cidades integrantes do PRODETUR. Citamos, também, Janaúba e Montezuma. Montezuma, lá no extremo Norte de Minas, tem suas águas quentes iguais às que existem no Estado de Goiás.

E estamos de fora da primeira etapa do PRODETUR. E vamos ficar de fora da segunda, se não tivermos coragem e competência de lutar por nosso espaço, se não assumirmos a responsabilidade de encarar, com muita eficiência, essas questões, porque o Banco Mundial não dá "colher de chá", não tem o famoso "jeitinho brasileiro".

É isso o que está acontecendo e não concordamos com isso. Vamos apresentar um requerimento às autoridades pedindo explicações. Queremos que a TURMINAS, essa eficiente empresa, explique-nos por que ficamos fora do PRODETUR e o que temos de fazer para não levar outro puxão de orelha e não ter o dinheiro do Banco Mundial aplicado naquela região, que tem um potencial turístico muito grande e onde investir esses recursos.

A questão é muito séria. Já denunciemos, há alguns meses, um ato de irresponsabilidade do Secretário Adjunto da Secretaria da Habitação, que deixou os municípios que estavam sob estado de emergência e calamidade pública fora de um programa importante do Governo Federal. Ato de irresponsabilidade - disse e repito - de um "playboyzinho" que assume a Secretaria Adjunta da Habitação neste Estado; um "filhinho de papai", que está prejudicando o Norte de Minas e já cometeu esse crime contra aquela região.

Não vou me calar. A questão é muito séria e tem que merecer, de nossa parte, todos os critérios, todas as análises, para que não levemos, depois, um puxão de orelha dessa forma por não termos o que explicar às nossas bases no Norte de Minas.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

* - Publicado de acordo com o texto original.

O Deputado Álvaro Antônio* - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Deputadas. Na semana passada, tivemos a oportunidade de reunir um grande número de associações comunitárias e comerciantes da região do Barreiro.

Como todos sabemos, o problema da segurança, na nossa Capital, vem deixando a população insegura e preocupada, principalmente, naquela região do Barreiro, que é uma região operária, onde a coisa vem se agravando num percentual bem maior do que no centro da Capital. Tivemos um encontro com representante da Polícia Militar, representantes de associações comunitárias e grande número de pessoas, que, para ali acorreram, preocupadas com o problema. Nesse encontro, ficou patenteado que a frota

da nossa Polícia Militar, como, também, a da Polícia Civil, está trabalhando, praticamente, com 40% de suas necessidades. Apesar de saber que o Governador irá distribuir, nesta semana, 250 novas viaturas, mesmo assim, ocupamos esta tribuna para solicitar do Governador um maior empenho com relação a esse problema no nosso Estado.

Segundo informações de autoridade da Polícia Militar que compareceu àquele encontro, a Polícia está trabalhando somente com 65% de seu efetivo, para atender às necessidades da segurança no Estado, incluindo nossa Capital. Isso, sem dúvida, Sr. Presidente, Srs. Deputados, nos traz uma preocupação maior, porque aqueles crimes que vêm acontecendo em regiões metropolitanas mais avançadas como São Paulo e Rio de Janeiro, continuam chegando a Belo Horizonte e se dirigindo para o interior do Estado, criando um clima de apreensão insustentável para a nossa população. Por isso, Sr. Presidente, estou encaminhando ao Sr. Governador do Estado um requerimento solicitando que S. Exa. continue preocupado com a segurança do Estado, mas que destine maiores recursos para nossas Polícias Militar e Civil, equipando-as para enfrentar essa onda de violência e acabar com a insegurança em que vive a nossa população.

Temos a certeza de que nossa capital será aquinhoadada com parte dessas viaturas que serão distribuídas esta semana, tendo em vista que o crime vem crescendo assustadoramente, principalmente nas regiões mais pobres, como Venda Nova, proximidades de Ibitité e região do Barreiro. Temos, em mãos, estatísticas que mostram que aquela região, realmente, merece um tratamento melhor e mais adequado com relação à segurança. São estas as minhas palavras, Sr. Presidente. Encaminho o requerimento a V. Exa., solicitando ao Sr. Governador que tome as devidas providências.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Miguel Martini - Sr. Presidente, Srs. Deputados, imprensa, a modernização do Estado e a reforma da administração pública é o assunto que queremos abordar neste nosso pronunciamento.

A razão de ser do Estado é garantir o bem comum, o que não significa que somente a ele compete cuidar desse bem, pois essa é tarefa que cabe a todos os membros da sociedade, embora corresponda ao Estado, de maneira fundamental, esse papel de gerente e reitor do bem comum.

Para realizar essa função, o Estado conta com os meios eficazes que a sociedade coloca à sua disposição, e com os quais nenhuma outra instância conta, dentro da vida social. São meios cuja utilização justifica-se, precisamente, à medida que sejam aplicados para alcançar essa finalidade.

Quando afirmamos que cabe ao Estado ser o gerente do bem comum, queremos frisar que a cúpula estatal não deve ser a última instância inapelável, dentro da sociedade. O Estado deve estar subordinado a outras instâncias, às quais deve prestar contas.

O Estado deve prestar contas perante a ética. A não ser que, como Maquiavel, consideremos a política - e dentro da política, o Estado - à margem de toda referência à ética, como os liberais e neoliberais fazem para defender as leis do mercado capitalista, ou que nos situemos na posição de Lenin, segundo a qual "é moral tudo aquilo que ajuda a revolução e é imoral tudo aquilo que se lhe opõe"; ou seja, caímos nessa corrente, no fundo oportunista, que afirma não existir uma ética objetiva à qual seja preciso subordinar-se. Conseqüentemente, tudo está permitido com o propósito de conseguir êxito, que, na realidade, reduz-se a conquistar o poder e a continuar usufruindo dele a qualquer preço.

Nós, como políticos de inspiração humanista e cristã, reconhecemos na política uma atividade humana e, como tal, sujeita ao império da ética; de uma ética cujas normas têm que ver com a finalidade última do ser humano, com seu desenvolvimento e êxito como ser racional, livre, responsável e social. É à luz dessa ética que devem ser julgados os atos do poder público e os resultados de sua gestão.

O Estado tem também que prestar contas ao Direito, do qual, como todos sabemos, não é criador, porque é a sociedade que cria as normas de conduta e comportamento para sua sobrevivência. Assim mesmo, tem que prestar contas à sociedade, por cuja delegação age. Daí, é importante que a sociedade conte com força suficiente para estar em condições de submetê-lo a seus justos limites e também apoiar, quando necessário, a atuação do Estado. A sociedade pode exercer essa força através do poder social configurado pelas sociedades e corpos intermediários quando estão articulados.

Seria uma contradição que alguém que agisse por delegação de outro não pudesse ser julgado sobre sua gestão por aquele que lhe confiou essa missão.

Mas, como todo o caráter instrumental que o Estado tem, não pode, nem deve ser um simples servidor sem iniciativas. Em virtude do seu caráter de reitor, o Estado tem o dever de cuidar desse bem comum. Tem, portanto, não só direito, mas obrigação de intervir na vida política, social, econômica e cultural e está obrigado a conduzir a vida social em todos e em cada um dos setores, mesmo que sob o critério da aquisição, manutenção e desenvolvimento das condições que configuram o bem comum.

É nesse sentido que as pessoas, as sociedades, comunidades e corpos intermediários

devem obediência ao Estado.

Pois bem, é em função de seu papel de gerente e reitor do bem comum que o Estado precisa ser avaliado, profunda e globalmente, em todos os seus níveis e mecanismos de funcionamento, começando pelos três Poderes que o integram: Executivo, Legislativo e Judiciário.

Não se trata apenas de diagnosticar até que ponto realmente existe a autonomia dos Poderes, senão, e sobretudo, de saber se efetivamente cada um está exercendo sua função cabalmente e com a solvência devida para resolver os problemas que são de sua incumbência perante a sociedade.

A reforma administrativa obviamente é necessária, ou melhor, indispensável. Mas é preciso ponderar com muita objetividade os diversos fatores envolvidos, pois não se trata apenas de executar uma maciça demissão de funcionários públicos, em função de uma drástica redução na folha de pagamento. Trata-se, essencialmente, de modernizar toda a máquina administrativa, que também compreende órgãos, organismos, entidades, métodos de trabalho, prestação de serviços, equipamentos, treinamento e desenvolvimento de recursos humanos, etc.

No que tange à demissão de funcionários públicos, deve-se respeitar absolutamente todos os seus direitos. Ninguém deve ser afetado nos seus direitos consagrados pela Constituição, pelas leis. Mas é bom dizer também que deve haver muita colaboração de ambos os lados, ou seja, funcionários e Estado, para que encarem juntos e com coragem essa reforma administrativa, considerando os mais altos interesses da sociedade.

Por outro lado, a sociedade tem, também, a responsabilidade de respaldar e de apoiar as medidas e iniciativas que o Estado promove em função de atingir os objetivos.

Nós, como parlamentares desta Assembléia Legislativa, temos o dever e a obrigação de contribuir com muita criatividade e com atitude sempre positiva e construtiva. Então, se eventualmente um projeto de reforma administrativa não for do agrado de todos, é importante que desta Casa saiam projetos alternativos sérios que ajudem a superar as dificuldades. Fazer oposição sem projetos alternativos não resolve, é desgastante, cansativo e faz perder muito tempo.

Agora, é muito importante que a sociedade, o funcionalismo público, o Estado e nós parlamentares encaremos com maior objetividade os problemas da administração pública. Se fizermos uma análise inicial, constataremos que a máquina do Estado custa excessivamente caro ao contribuinte, que recebe, em contrapartida, um serviço público muito abaixo do desejável. É óbvio que há algo errado, e esse algo errado está na máquina de fabricar privilégios que se foi construindo ao longo do tempo.

A incompetência e a ineficiência do Estado e da administração pública perante os maiores problemas da sociedade configuram já um quadro dramático, a ponto de segmentos importantes da população começarem a questionar.

Como sabemos, todos os dias são ventilados os problemas da saúde, da educação, do lazer, do desemprego e de muitos outros assuntos importantes que não foram ainda atacados em suas raízes mais profundas, a não ser de maneira paliativa.

Assim, com relação ao quadro da administração pública, como justificar a atual estrutura e organização dos nossos Estados, cujas máquinas são caríssimas e ineficientes?

Por exemplo, na área da educação tudo acontece como se todos os nossos jovens fossem ingressar nas universidades; e como isso não acontece, a imensa maioria fica sem formação profissional. Então, o Estado fica em débito com a nossa juventude e com a sociedade, porque, de fato, não existem possibilidades para a capacitação profissional de todos os brasileiros.

Esconder-se atrás do SENAC, SENAI e SEBRAE, que apenas funcionam com os recursos do empresariado, não adianta e não resolve os problemas. O argumento permanente de que não há recursos financeiros é insustentável quando rios de dinheiro dos cofres públicos são desviados, quando se tolera clandestina ou publicamente esses jogos de azar que escapam da tributação e controle, e alguns dos quais são considerados títulos de capitalização.

A pergunta sem resposta que muita gente faz é: por que o Governo Federal, os Governos Estaduais e Municipais mantêm esses jogos de azar, que muitas vezes estão vinculados ao tráfico de drogas e outras mil ilegalidades e fomentam a corrupção?

Sentimos que no Brasil foram criadas duas categorias de brasileiros: o cidadão comum, que vive aos sobressaltos com o seu emprego sujeito a chuvas e trovoadas, que tira 30 dias de férias por ano, e que, quando se aposenta, enfrenta a inominável máquina do INSS, cruel com todos, menos com os espertalhões que o lesam em bilhões.

De outro lado, está o cidadão que consegue alcançar um certo patamar no serviço público. Para esses, foi criado um País cheio de "conquistas", que em verdade não são mais do que "privilégios". Aposentadorias escandalosamente superiores às da turma do INSS, mil vantagens, licença, triênios, quinquênios, adicionais mil, além de estabilidade e vida tranqüila.

Obviamente, devemos ter uma só categoria de brasileiros. Essa história de "fundos", pagos, em grande parte, pelo erário, é um acinte à nossa sociedade.

A paridade salarial tem que ser revisada. Como sabemos, os salários do Judiciário e do Legislativo são mais elevados do que os do Executivo. E as condições de trabalho são mais tranquilas.

É necessário um banho de simplificação na administração pública. Por exemplo, no que tange às concorrências públicas, cria-se uma sistemática de extrema complexidade, demorada e paralisadora, que não evita procedimentos equivocados.

Sobre a reforma política e partidária, o sistema adotado pela Lei nº 9.096, de 1995, em decorrência da vontade dos grandes partidos, nos parece um tributo à antidemocracia.

Os grandes partidos, talvez quatro ou cinco, serão os únicos a permanecer atuantes após as eleições de 2002 para a Câmara dos Deputados, porque a Lei nº 9.096, de 1995, dispõe que só podem ter funcionamento parlamentar os partidos que alcançarem 5% dos votos nessa eleição em todo o País.

Teremos quatro ou cinco cartórios e nenhum partido, pois, - talvez com uma exceção - nenhum desses partidos dedica-se à formação política nem mantêm sedes municipais operacionais, de janeiro a dezembro de todos os anos, eleitorais ou não. Precisamos rever a Lei nº 9.096, de 1995, com urgência.

No que tange ao sistema eleitoral, alguns partidos levam um fardo pesado, por terem desistido de lutar, quando do plebiscito sobre o sistema de governo e o sistema eleitoral, por terem deixado que o voto distrital misto fosse para o espaço, sendo ele essencial à prática de uma democracia mais representativa e participativa.

É preciso que o texto constitucional seja reconhecido no que se refere à autonomia dos partidos políticos e ao pluralismo ideológico. Todos sabemos que o nosso debate político é muito pobre, em decorrência da carência doutrinária, ideológica e programática desses grandes partidos, talvez com alguma exceção, os quais, por isso mesmo, são estimuladores desse terrível estigma que chamamos fisiologismo político.

Na verdade, no Brasil, são alguns dos pequenos partidos os que hasteiam a bandeira de valores e princípios de caráter ético que são rigorosamente observados pelos seus filiados e militantes.

No que diz respeito à reeleição, somos da opinião de que, se ela for aprovada, que não seja aplicada àqueles que foram eleitos sob leis e normas anteriores. Parece-nos que é um assunto que deve merecer um amplo debate em todos os segmentos da sociedade e em todos os níveis do Poder Legislativo. Por enquanto, temos assuntos de maior prioridade e urgência para a sociedade que devem ser debatidos e votados. Se o povo aprova a gestão global desse Governo, saberá escolher aquele que reúna condições não apenas para dar continuidade ao trabalho, mas para aprofundá-lo.

É bom alertar, entretanto, que reformar a administração pública sem reformar o Poder Judiciário pouco adiantará. Toda a opinião pública tem acompanhado os excessos do Poder Judiciário, construindo palácios no meio da miséria, para abrigar um Poder lento e impermeável, acima de qualquer controle.

Deve-se preservar, obviamente, a figura do Juiz, mas daí a fechar os olhos ao que se passa entre nós é inadmissível. Qual o Chefe do Executivo que não sabe que não conseguirá governar sem o apoio dos Juizes? E qual o cidadão que desconhece que esse apoio é dado mediante mil favores e vantagens?

Senhores, eis, em parte, o quadro que conhecemos da administração pública em geral. É um quadro complexo e já muito complicado, que precisamos encarar com muita criatividade. As reformas do Estado e da administração pública são de extrema urgência. Cabe-nos oferecer nossos melhores aportes para transformá-los em instrumentos eficazes e eficientes, capazes de resolver os problemas inerentes ao bem comum e à felicidade do nosso povo.

É necessário que, além de medidas paliativas e emergenciais que estão sendo tomadas, que busquemos, através de uma discussão mais ampla, corrigir as diversas falhas, os equívocos e os erros que estão na administração pública. Muito obrigado.

213ª REUNIÃO ORDINÁRIA DELIBERATIVA

Discursos Proferidos em 4/12/96

O Deputado Raul Lima Neto - Exmo. Sr. Presidente Wanderley Ávila, senhores membros da Mesa, Deputadas e Deputados, não poderia privar o ouvido parlamentar de nosso Presidente Wanderley Ávila de ouvir minha fala nesta tarde. Com muita humildade, dirijo-me a V. Ex^a. e aos demais colegas.

Srs. Deputados, vim a esta tribuna para deixar registrado nesta Casa um acontecimento muito importante, julgo eu, ocorrido nesta manhã, quando a Comissão de Administração Pública desta Casa reuniu-se, em caráter público, atendendo a um convite deste Deputado, para discutirmos um assunto de suma importância para a estabilidade do povo mineiro e para a segurança das famílias do nosso Estado. A essa reunião compareceram diversas autoridades, representantes maiores da Polícia Militar, da Polícia Civil, Sub-Secretários e Deputados. Chegamos à conclusão, ou melhor, chegou à conclusão este Deputado de que, na verdade, há solução para o nosso Estado, mas, na realidade, atravessamos uma das fases mais críticas da história do povo do Estado de Minas Gerais, no que se refere à instabilidade, no que se refere à

insegurança, no que se refere à opressão, no que se refere ao índice de criminalidade gerados, evidentemente, pela situação caótica, pela situação adversa ao social, pela injustiça, pela iniquidade que campeia em nosso Estado mineiro, um dos exemplos de todo o nosso País, o que nos faz clamar a Deus por misericórdia.

Nessa reunião, discutiu-se o salário dos militares. E, para tristeza de todos nós, depois de pesquisas acuradas e sérias, todos tivemos a documentação cabal de que a polícia brasileira interna é uma das mais mal pagas do mundo, equiparando-se, apenas, ao Paraguai e a alguns países da África, razão pela qual os apologistas de extremos contrários, examinando a situação caótica, são defensores da extinção total das Polícias Militar e Civil, e favoráveis a que se arme a população, o cidadão, incentivando-os e instigando-os à criação de polícias particulares, o que identificamos como anarquismo ou ideal corporativista de Karl Marx, que a história nos mostra ser negativo.

O que fazer? Solucionar o problema. Mas como solucionar o problema? Que problema? O problema social grave, o problema grave do pecado, porque mexe até com o coração de Deus. Está escrito em Malaquias, o Profeta dos Ministros - Malaquias é o Profeta dos políticos, interessante isso -, que Deus será testemunha veloz contra a nação, contra o povo que retém, que detém o salário do trabalhador diarista. E salário vem do vocábulo sal. Salário significa uma remuneração específica que dá, no mínimo, para morar, comer e vestir.

Isso nós não vemos. Não vemos com o povo brasileiro, porque não vemos com os exemplos do povo brasileiro. Temos um paradigma de iniquidade, ou seja, um modelo, um arquétipo de injustiça ao contemplar um policial civil, um policial militar recebendo um salário miserável de R\$280,00 por mês, ainda com descontos sobre o salário inicial, descontos. Pais de família, obrigados a pagar aluguel, obrigados a pagar a passagem de ônibus, porque, certa feita, a SETRANSP, não fazendo caso da necessidade do povo e da dificuldade e opressão em que vivem aqueles que são encarregados da segurança, negou-lhes o passe gratuito. Essas pessoas, aqui na Capital mineira, esses cidadãos, irmãos, encarregados da segurança do Estado de Minas Gerais, recebem, de saída, no momento em que recebem o distintivo, ainda que não o saibam, ainda que enganados por uma esperança utópica no coração, recebem a insegurança de um salário opressor, de um salário indigno, que nada mais é do que uma vergonha, do que a expressão de ignomínia para as autoridades, para o povo de Minas Gerais, e portanto, para mim e para você que está me ouvindo, para todos nós. É um absurdo. Como pode alguém receber um salário desse?

Esteve em nosso gabinete - quero registrar desta tribuna - uma pessoa que conheço há longo tempo, casado, carcereiro, rapaz de integridade, de vida ilibada, porque é um cristão exemplar. Ele me mostrou, com lágrimas nos olhos - porque o pobre fala com clamor. Solicitando a um amigo um empréstimo, dizia: está aqui, Deputado, meu salário. Ele me chamou de Pastor. Vi o salário líquido daquele carcereiro, que é pai de três filhos e paga aluguel - R\$140,00. Esse moço que recebe isso, senhores, vai deixar entrar a droga nas penitenciárias. É possível dizer que ele é corrupto? Corrupto, eu diria, é V. Exa., ou somos nós, que permitimos uma injustiça dessas. É uma imoralidade. O País não dá certo por causa disso.

O que alega o Estado? O Estado alega que não temos condições. O Estado está quebrado. O Governador está demitindo, está incentivando o processo de demissão voluntária. É verdade, o Estado está quebrado. Não por culpa do Governo que está aí, mas por culpa de nossa ganância, de nossa cegueira, de nossa idolatria. Vou explicar por que, e já lhe passo a palavra, nobre Deputado. O Estado está demitindo, por exemplo. Nós sabemos que um Estado como o nosso, com as dimensões geográficas e populacionais que temos, Sr. Presidente, ainda é deficitário de funcionários. Não dá para atender à demanda. O Estado não tem recursos para pagar os funcionários. Não tem por quê? Porque não os arrecada como deveria. Por exemplo, cobra impostos de quem não podia cobrar, de pequenos empresários. Se as companhias mineradoras que exploram o subsolo do Estado de Minas Gerais, por exemplo, pagassem o que é normal, o que é quase uma convenção internacional, pois 80% do subsolo pertencem ao Estado, à União, se recolhessem aos cofres públicos. Nós proibimos os jogos. Sou um Pastor, não vou jogar, tomar dinheiro dos outros. Sou um cristão. Está escrito: "Viverás do suor do teu rosto". Mas nem Deus proíbe certas iniciativas. Os ricos daqui, os turistas, vão jogar em Las Vegas. Fiz uma viagem com a minha esposa, recentemente, num navio português, e, quando ele se afastou um pouco da costa, todo mundo foi jogar, e o Governo de Portugal taxa. Cidades como Poços de Caldas, cidades da Estação das Águas, o nosso cassino da Pampulha, deixam de arrecadar para os cofres públicos. O Governo poderia ter um controle sobre aqueles que fazem isso, porque o jogo iníquo existe. Na verdade, haveria aumento de arrecadação para o nosso Estado, e tudo isso aconteceria, nobre Deputado, se o nosso Governo, se nós entendêssemos e fôssemos até contra essa lógica humana, que é irracional, e priorizássemos o homem, o indivíduo. Em primeiro lugar, o homem. Com isso, veríamos, conseqüentemente, uma polícia vocacionada. Ainda assim, a nossa polícia é considerada uma das mais honestas e competentes do País. Nem

se pode comparar com a do Rio. Embora receba 1/3 do que recebe a polícia do Espírito Santo, ainda é melhor. Basta, chega de iniquidade.

Acreditamos no bom senso de cada parlamentar para sensibilizar aqueles que têm competência para isso e para se alinhar na vanguarda, a fim de mudar essa situação, em prol, não digo especificamente da classe policial, mas de todos, porque todo o Estado sofre com isso, porque insegurança gera doenças, gera estresse, gera úlcera, gera angústia.

E nós estamos assim. Não adianta dobrar o contingente. É necessário, no mínimo, dobrar os salários e partir para uma justiça séria, para uma distribuição equânime das nossas riquezas, sobretudo naquelas áreas tão importantes, como é a da segurança.

Cedo a palavra a um colega por quem tenho uma admiração muito especial, pela sua representatividade, porque representa a Polícia Civil e a segurança do nosso Estado com muita probidade, o nosso companheiro Paulo Schettino, um dos exemplos de humildade, de competência e de caráter.

O Deputado Paulo Schettino (Em aparte) - Muito obrigado pela concessão deste aparte, nobre companheiro Raul Lima Neto. Quero aproveitar a oportunidade para parabenizá-lo por suas colocações. Fico muito feliz, porque o que V. Exa. explanou, da tribuna, nós temos dito desde o dia em que entramos esta Casa: a Polícia de Minas Gerais, tanto a Civil quanto a Militar, é muito boa, mas, infelizmente, os seus vencimentos estão muito aquém do necessário. Sabemos que, no geral, os funcionários públicos de Minas também têm um salário muito pequeno. É claro que o Governo tem dificuldades. Principalmente depois do advento do Plano Real, a situação do Caixa do Estado não dá margem para resolver isso de uma hora para a outra. Mas há necessidade de se investir em segurança pública, como eu tenho dito, porque senão vai chegar um dia em que teremos problemas seriíssimos nessa área. O funcionário da segurança pública, o policial civil, o policial militar é completamente diferente, Deputado, de outro funcionário, porque este presta relevantes serviços - sabemos disso -, mas tem o seu horário de trabalho, tem tudo padronizado. O policial, às vezes, sai de casa e nem volta; não tem hora nem dia.

Quero parabenizá-lo e acho que a posição de V. Exa. é a mais correta possível, porque há necessidade de se investir em segurança pública, antes que seja tarde demais. Muito obrigado.

O Deputado Raul Lima Neto - Quero agradecer, ao nosso companheiro Paulo Schettino sua participação e dizer mais uma coisa interessante. Alegamos que o Estado não tem recursos, porque é verdade, e essa é a alegação de todos, no Estado. Fez-se uma "vaquinha", num bairro, recentemente, para comprar uma viatura policial, que custa em torno de R\$16.000,00. Mas o Governo, o PROER, comprou mais de 1.600. O Governo Federal gastou R\$38.000.000.000,00 para salvar banqueiros, sendo que alguns deviam estar na cadeia. Onde está a verdade? A verdade vai prevalecer um dia. Oramos para que haja mudança no nosso País e estamos enfileirados na oração e na participação ativa com o nosso corpo, porque cremos que nada oculto não venha a ser revelado. A solução virá com a revelação da justiça e o exercício da equidade.

Registro as minhas palavras, aqui, dizendo que existe um decreto-lei, da época do Governo Hélio Garcia, que concede um acréscimo de 40%, por conta da periculosidade e da insalubridade, a diversos funcionários públicos, o qual foi negado à Polícia Civil e à Militar, sob a alegação de que a função não comporta periculosidade. Que alegação! Está na Constituição do Estado, e o Banco do Brasil, pasmem, rejeita seguro de militares, porque os tem como pessoas cujo trabalho é considerado de alta periculosidade. E nem mesmo esse acréscimo de 40% lhes é concedido.

Vamos fazer, agora, uma emenda à Constituição do Estado - e creio que V. Exa. vai compor comigo -, para que se mude esse artigo, a fim de que os militares também recebam esse acréscimo, por periculosidade e insalubridade.

Essas são as minhas palavras. Aproveito a oportunidade para parabenizar todos que participaram da reunião, especialmente o Deputado Ajalmar Silva, que a presidiu com muita capacidade, com muita propriedade. Muito obrigado a todos.

O Deputado Durval Ângelo - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, registro, com alegria, da tribuna desta Casa, a inauguração, nesta segunda-feira, da TV Contagem. Trata-se de um acontecimento de expressão, porque, apesar de ser Contagem o segundo município em população no Estado de Minas Gerais, com mais de 500 mil habitantes, não dispunha de um sistema próprio de comunicação. Não temos uma rádio localizada no município e nem tínhamos um sistema televisivo. Com a inauguração da TV Contagem, os fatos do município serão vistos por sua população, permitindo que se crie uma consciência em relação aos problemas municipais. Agora, talvez, consigamos fazer um debate democrático, amplo, sobre a real situação do Município de Contagem, sobre os rumos da política, sobre a cultura, sobre os anseios do seu povo.

Quero também deixar uma felicitação especial a toda a equipe que possibilitou a instalação da TV Contagem, a seus proprietários, jornalistas e técnicos que estão assumindo esse grande desafio. Achemos que essa notícia merece todo o destaque possível.

Inicialmente, a TV terá uma transmissão de três horas diárias, dedicadas a noticiário e informações do município, podendo, posteriormente, ser ampliado esse horário.

Como representante do Município de Contagem, faço, com alegria, esse destaque positivo.

Aproveitando meu pronunciamento, gostaria de comentar a entrevista publicada, hoje, no jornal "O Tempo", com o Sr. Governador do Estado, Dr. Eduardo Azeredo. Queremos, ao mesmo tempo, dizer que esse órgão de imprensa, recém-criado na Capital mineira, está inovando em muitas questões relativas à comunicação. Primeiramente, trata-se de um jornal em que está manifesta a preocupação com um noticiário analítico, interpretativo, por parte dos jornalistas que escrevem suas páginas. É, também, um jornal que se destaca, desde o seu início, pela imparcialidade e pela seriedade com que trata a notícia.

Como destaque desse trabalho, hoje, vemos publicada a entrevista com o Governador do Estado, Dr. Eduardo Azeredo, que passamos a comentar. O Dr. Eduardo Azeredo, num grande rasgo de clarividência, descobriu qual é o grande problema de Minas Gerais: o problema dos R\$12.000.000.000,00 da dívida, o problema de salários atrasados, do 13º salário não pago, o problema de não se colocarem em prática as audiências públicas municipais, o problema do desencontro dentro do Governo. Assim ele resume tudo isso: o problema é que há mal-intencionados e pessimistas em Minas Gerais. A grande conclusão sobre a crise de Minas Gerais, pelas próprias palavras de seu Governador, é o pessimismo. Talvez, se inventássemos umas pílulas de otimismo, a serem ministradas diariamente aos servidores públicos estaduais que estão com seus salários atrasados, resolvêssemos o problema do poder aquisitivo dos servidores, inclusive dos desta Assembléia, que, também, há dois anos, não vêem, não enxergam aumento salarial em seus contracheques.

Interpretando as palavras do próprio Governador, se distribuíssemos algumas pílulas de otimismo para os milhares de participantes das audiências públicas regionais e estes as tomassem, poderiam enxergar hospitais que foram priorizados em alguma audiência pública estadual, estradas pavimentadas, universidades, escolas, saneamento básico, que foram as prioridades do orçamento. Então, o problema é de pessimismo. Na Assembléia, ao se discutir o orçamento, deixa-se de lado as audiências públicas regionais e joga-se por terra tudo que o povo definiu.

Quem sabe, também, interpretando as palavras do Governador, diante do problema da fome, da moradia, da reforma agrária, se déssemos para os setores envolvidos pílulas de otimismo, o problema poderia ser resolvido?

Mas o Governador não fica só aí. Ao diagnosticar o problema do Estado de Minas Gerais, conseguiu, em outro rasgo de clarividência, identificar que não é só no PT que se encontram pessimistas. Eles estão na Prefeitura de Belo Horizonte, em setores do Governo, no seu próprio partido, o PSDB. Existem pessimistas, Srs. Deputados, entre vocês, que são a base de sustentação do Governo. E, ainda, precisando encontrar os bodes-expiatórios para a incompetência de um Governo que não consegue responder às questões básicas. Ele descobre que também na imprensa existem setores pessimistas.

Então, senhores jornalistas, acho que a solução é colocarmos óculos cor-de-rosa e tomarmos a pílula do otimismo do Governador, para enxergarmos uma nova Minas Gerais. A nova Minas Gerais do "Robin Hood", aquela que foi propagandeada, que já fez a distribuição de renda como um oásis, uma ilha, neste grande Brasil com tantos problemas. Um oásis no Real, que não tem problemas de desemprego e de miséria social.

Acho que esse é o problema de Minas Gerais. Nas palavras do próprio Governador: são os pessimistas. Mas, não contente, demonstra, também na sua entrevista uma compulsão para ser um Fujimori, pela forma que trata os Deputados. Inicialmente, encaminha um projeto para esta Casa. E os jornalistas perguntam se o Governo não vai negociar ao encaminhar um projeto de lei. Ele declara que não, disse que não haverá negociação. De início, diz que o projeto não tem o que mudar. Está bem feito, é correto e não tem muito o que alterar. Já coloca, de alguma forma, um projeto que tem que passar pelo crivo dos Deputados. E acredito que não seja o Sr. Governador, acreditando na subserviência de alguns Deputados que dirão "amém, sim senhor" e nada vão enfrentar para modificar e discutir esses projetos apresentados no afogadilho, no apagar das luzes do encerramento dos trabalhos legislativos, quem encaminha esses projetos, mas, sim, seus assessores.

E, mais ainda, outra pérola desse desejo compulsivo de ser um Fujimori se revela quando fala das audiências públicas regionais e diz que quem errou foram os Deputados. A Assembléia fez mal feito. Erraram porque fizeram o levantamento do desejo e não o processo de prioridade. Começa atacando o Poder Legislativo de forma mentirosa, porque vemos esse desejo, essa compulsão ao autoritarismo.

Todos se lembram de que a regulamentação das assembleias regionais foi feita pelos três Poderes, quando assinaram pelo Poder Legislativo, o Presidente Agostinho Patrús, pelo Poder Judiciário, o Desembargador-Presidente Márcio Aristeu e, pelo Poder Executivo, o Governador Eduardo Azeredo. Se houve erro, não se pode culpar somente a

Assembléia Legislativa. O correto seria dizer: erraram os três Poderes. Mas, por causa do erro, mesmo sabendo que se tem R\$38.000.000,00 para serem distribuídos pelo orçamento participativo, estamos vendo que bancadas estão desprezando as propostas aprovadas, fazendo conchavos e acordos para colocarem outras que não foram aprovadas. Agora, estamos vendo o Governador do Estado responsabilizando os Deputados Estaduais pelos erros e equívocos do orçamento.

Estamos deixando bem claro que essa entrevista tira o véu de uma cara, de um rosto democrático, meigo e agradável do Governador, e mostra a face real do tucanato do poder, que é uma face de continuidade e de autoritarismo que queremos aqui registrar. No final, como a viúva traída, o Governador reclama das ligações do Presidente Fernando Henrique Cardoso com o chefe maior dos peemedebistas, Newton Cardoso. Reclama e lamenta o papel figurativo e decorativo que os tucanos de Minas Gerais têm no encaminhamento das questões nacionais. Ou, melhor ainda, a renegociação da dívida, que está sendo feita em outros Estados, mostra que a maioria dos governadores, inclusive o Governador do Espírito Santo, do PT, tem mero papel decorativo. São manipulados pelo projeto neoliberal, que deixa o seu rastro de desemprego, deixa o seu rastro de mercado marginal e informal de trabalho, deixa o seu rastro de miséria e o sucateamento do serviço público. Queremos, ao fazer um registro positivo da imprensa, tanto da inauguração da TV Contagem, do lançamento do Jornal "O Tempo", destacando, na entrevista desse jornal, a contribuição que a imprensa traz para o processo democrático, ao divulgar, ao anunciar, ao aproximar e ao tornar públicas as questões que ocorrem, inclusive, em nível do próprio Poder Legislativo. Registramos, também, o autoritarismo de plantão, não só em nível federal, mas, também, em nível estadual. E essa entrevista não deixa dúvida, não havendo necessidade de ser um especialista para fazer uma exegese dela, mostrando, claramente, o autoritarismo que nos ronda cada vez mais. Esperávamos que o Poder Legislativo pudesse ter uma força maior e valer-se dessa força, impondo-se, enquanto Poder, para forçar o diálogo, para forçar a negociação. Infelizmente, não assistimos a isso. Estamos assistindo à submissão, à subserviência e ao entreguismo.

Acredito que, daqui a cinco ou dez anos, a população agradecerá uma atitude como essa, quando virmos o sucateamento do serviço público. Os servidores públicos estaduais também devem agradecer aos Deputados Estaduais, porque essa subserviência realmente leva a um nível de empobrecimento e prejuízo na qualidade de seu trabalho e do atendimento ao público. Muito obrigado.

O Deputado Ronaldo Vasconcellos* - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, assessores, pessoas presentes na galeria e imprensa, gostaria de parabenizar o ilustre Presidente Fernando Henrique Cardoso por ter tomado a decisão de prorrogar, por mais um ano, a isenção de pagamento do Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI -, sobre as compras de veículos para serviços de táxi, em todo o Brasil, de 31/12/96 a 31/12/97.

Lembraria às Deputadas e Deputados que o IPI incide, hoje, em torno de 30% sobre o custo do carro. Portanto, os quase 200 mil motoristas de táxi do Brasil poderão adquirir carros novos, até o final de 1997, com a isenção total desse imposto. Gostaria, então, de parabenizar o Presidente Fernando Henrique Cardoso. Em 1997, serão realizados dois grandes eventos em nosso País. Um desses eventos será o Fórum das Américas, que será realizado em Belo Horizonte, quando Chefes de Estado, parlamentares e empresários de todos os países da América Latina virão a Belo Horizonte participar desse encontro, que irá estudar e determinar a questão do comércio na América Latina. Assim sendo, os motoristas de táxi poderão, com seus novos carros, de acordo com essa determinação federal, servir bem às pessoas que estarão em Belo Horizonte participando do evento.

Teremos, no Rio de Janeiro, no mês de março, o encontro denominado Rio Mais Cinco, quando todas as entidades ambientalistas governamentais e não governamentais irão discutir as deliberações da Rio 92, que tratou, com muita competência, a questão ambiental no nosso planeta, em 1992, na cidade do Rio de Janeiro. Agora, cinco anos depois, em março de 1997, aquelas mesmas entidades, os mesmos Governos do mundo inteiro farão uma avaliação daquilo que se tornou realidade na questão ambiental, a partir da realização da Rio 92. Mais uma vez, em outra cidade brasileira, os motoristas de táxi atenderão às pessoas que virão ao Brasil participar desse grande encontro. Poderão atendê-las com mais conforto, usando carros novos, que serão adquiridos com mais facilidade, porque o Governo Federal resolveu isentá-los, totalmente, do pagamento do IPI sobre os carros novos adquiridos até 31/12/97, possibilitando a renovação das frotas e, conseqüentemente, trazendo mais segurança e conforto aos passageiros, movimentando a indústria automotiva brasileira e gerando novos empregos. Portanto, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, além de fazer um veemente apelo, gostaria de apresentar, nesta tarde, um requerimento a esta Casa, a fim de que o Governo do Estado, juntamente com a Secretaria da Fazenda, participe também da vontade política do Presidente Fernando Henrique Cardoso, dando uma isenção completa aos motoristas de táxi de Minas Gerais, além de aumentar ainda mais esse incentivo,

através de um desconto de 18% relativo ao ICMS, o que resultaria numa economia de quase 50% na compra dos carros. Sei que na Secretaria da Fazenda impera ainda uma mentalidade fiscalista, não por parte do Secretário, do Secretário Adjunto ou dos seus assessores. No entanto, no corpo de funcionários daquela Secretaria, há uma mentalidade fiscalista, que nos entristece, pois não permite que esta Casa trabalhe com mais competência na área da legislação tributária. Para não ficar somente no apelo veemente e no discurso aqui, nesta Casa, apresento, formalmente, um requerimento ao Governador do Estado, para que ele se posicione a respeito dessa questão importante não só para os motoristas de táxi, mas, também, para a questão do turismo, que tanto defendemos nesta Casa.

Acho importante que haja manifestação expressa, pública e determinada do Governo, para que este benefício, essa iniciativa do Governo Federal seja mais implementada ainda, em Minas Gerais.

Minas está em posição de vanguarda em relação a outros Estados. Devemos levar para a reunião do Conselho Nacional Fazendário - CONFAZ -, essa vontade do Governo de Minas de ajudar na geração de empregos, na questão do turismo, na segurança e no conforto dos usuários de táxi.

É lógico que esse benefício poderia ser constante, já que, nesta Capital, em 1997, vamos realizar o Fórum das Américas, e no Rio, vamos realizar o encontro Rio mais Cinco, ao mesmo tempo que, Belo Horizonte faz seus cem anos.

Por isso, faço esse requerimento e o entrego formalmente à Casa, fazendo um apelo para que a Secretaria da Fazenda esqueça um pouco da sua mentalidade fiscalista, que, na verdade, atravanca o desenvolvimento. Esperamos que o Secretário da Fazenda e o Governador do Estado assinem convênios com a União e com os outros Estados, permitindo o incentivo aos motoristas de táxi do nosso território. Muito obrigado.

* - Sem revisão do orador.

MATÉRIA ADMINISTRATIVA

AVISO DE LICITAÇÃO

Resultado de Julgamento de Licitação

Convite nº 139/96 - Objeto: aquisição de envelopes e pastas. Licitantes vencedoras: Gráfica e Editora Perform Formulários Ltda., Letsprint Envelopes Ltda., Gráfica Editora Dom Bosco Ltda. e MBS Embalagens e Artigos para Escritório Ltda.

Extrato de Convênio

Termos de Convênio que entre si celebram a Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais e as entidades abaixo discriminadas, cujo objeto é a concessão de subvenção social e auxílio para despesa de capital

Convênio Nº 02437 - Valor: R\$3.300,00.

Entidade: Augusta Respeitavel Loja Maconica Sol Nascente No. 144 - Guanhaes.

Deputado: Alberto Pinto Coelho.

Convênio Nº 02460 - Valor: R\$5.000,00.

Entidade: Caixa Escolar Mariana Augusta Carvalho - Montes Claros.

Deputado: Jairo Ataide.

Convênio Nº 02461 - Valor: R\$2.000,00.

Entidade: Asilo Sao Vicente Paulo - Buenopolis - Buenopolis.

Deputado: Miguel Martini.

Convênio Nº 02462 - Valor: R\$6.000,00.

Entidade: Associacao Comun. Bairro Fonte Grande 1a., 2a., 3a. Secoes - Contagem.

Deputado: Durval Angelo.

Convênio Nº 02463 - Valor: R\$2.505,00.

Entidade: Associacao Moradores Bairro Novo Horizonte - Paracatu - Paracatu.

Deputado: Almir Cardoso.

Convênio Nº 02464 - Valor: R\$8.000,00.

Entidade: Associacao Deficientes Fisicos Paracatu - Paracatu.

Deputado: Almir Cardoso.

Convênio Nº 02465 - Valor: R\$2.500,00.

Entidade: Centro Documentacao Eloy Ferreira Silva - Contagem.

Deputado: Geraldo Nascimento.

Convênio Nº 02466 - Valor: R\$4.000,00.

Entidade: Associacao Moradores Bairro Novo Horizonte - Paracatu - Paracatu.

Deputado: Almir Cardoso.

Convênio Nº 02467 - Valor: R\$2.000,00.

Entidade: Obras Sociais Nossa Senhora Rosario Pompeia - Belo Horizonte.
Deputado: Maria Jose Haueisen.
Convênio N° 02468 - Valor: R\$3.000,00.
Entidade: Conselho Municipal Mulher Santo Antonio Jacinto - Santo Antonio Jacinto.
Deputado: Miguel Martini.
Convênio N° 02469 - Valor: R\$12.000,00.
Entidade: Proposta Vida Comunidade - Porto Firme.
Deputado: Durval Angelo.
Convênio N° 02470 - Valor: R\$3.000,00.
Entidade: Creche Comun. Vovo Adelina - Uberaba.
Deputado: Paulo Piau.
Convênio N° 02471 - Valor: R\$3.000,00.
Entidade: Creche Comun. Nossa Senhora Rosario - Uberaba.
Deputado: Paulo Piau.
Convênio N° 02472 - Valor: R\$5.587,00.
Entidade: Grupo Espirita Euripedes Barsanulfo Uberaba - Uberaba.
Deputado: Paulo Piau.
Convênio N° 02473 - Valor: R\$6.000,00.
Entidade: Associacao Pequenos Produtores Fazenda Saco Rio Preto - Natalandia.
Deputado: Arnaldo Canarinho.
Convênio N° 02474 - Valor: R\$3.000,00.
Entidade: Associacao Comun. Bituri - Jeceaba.
Deputado: Sebastiao Helvecio.
Convênio N° 02475 - Valor: R\$1.492,00.
Entidade: Movimento Cultural Paracatu - Paracatu.
Deputado: Almir Cardoso.
Convênio N° 02476 - Valor: R\$1.000,00.
Entidade: Associacao Comun. Corrego Valerianos - Raul Soares.
Deputado: Ivo Jose.
Convênio N° 02477 - Valor: R\$5.000,00.
Entidade: Casa Amizade Paracatu - Paracatu.
Deputado: Almir Cardoso.
Convênio N° 02479 - Valor: R\$2.000,00.
Entidade: Associacao Itinguense Assistencia Deficientes - Itinga.
Deputado: Ivo Jose.
Convênio N° 02481 - Valor: R\$1.500,00.
Entidade: Conselho Comun. Moradores Amigos Botumirim - Botumirim.
Deputado: Carlos Pimenta.
Convênio N° 02483 - Valor: R\$2.000,00.
Entidade: Nucleo Espirita Luz Esperanca - Ipatinga.
Deputado: Ivo Jose.
Convênio N° 02485 - Valor: R\$1.000,00.
Entidade: Associacao Comun. Araras - Ibiai.
Deputado: Dimas Rodrigues.
Convênio N° 02497 - Valor: R\$1.850,00.
Entidade: Lar Crianca Patrocinio - Patrocinio.
Deputado: Romeu Queiroz.
